

9º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM

RELATO DE ATIVIDADES EM COMITÊ DE PREVENÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL: INTEGRAÇÃO ENSINO E SERVIÇO

Camila Padovani¹
Jéssica Teixeira Lourenço¹
Eni do Carmo de Souza²
Líria Fátima de Sá³
Thais Aidar de Freitas Mathias⁴

Relato de experiência em Projeto de Extensão que descreve as atividades desenvolvidas pelas acadêmicas do 3º ano de enfermagem da Universidade Estadual de Maringá (UEM), no Comitê Regional de Prevenção da Mortalidade Infantil (CRPMI) atuando no projeto “Informações em Saúde em Maringá: contribuições para integração e aprimoramento”. Com a integração de acadêmicos ao CRPMI torna-se possível a troca de experiências entre profissionais do comitê e alunos, proporcionando a estes uma visão ampliada da assistência prestada à gestante desde o pré-natal até o parto, atentando para a influência de uma assistência adequada e com qualidade durante a gestação, e ainda identificando fatores de risco relacionados tanto à mãe quanto ao bebê.

Palavras-chave: Mortalidade Infantil. Comitê de Profissionais, Projeto de Extensão Universitária, Saúde da Criança

Área temática: Saúde.

Coordenador(a) do projeto: Thais Aidar de Freitas Mathias, tafmathias@uem.br
Departamento de Enfermagem, Universidade Estadual de Maringá.

Introdução

A taxa de mortalidade infantil (menores de um ano de idade) no Brasil mantém tendência contínua de queda desde 1990. Passou de 47,1 óbitos para cada mil bebês nascidos vivos para 19,3 mortes, em 2007, uma redução de 59,7% nesse período. Atualmente, o Brasil está entre os 16 (em um grupo de 68 países) em condições de atingir a quarta meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e chegar à taxa de 14,4 mortes por mil nascidos vivos, em 2012, três anos antes da data limite fixada pela Organização das Nações Unidas (ONU).⁽¹⁾

Esta mudança no perfil de mortalidade infantil tem sido atribuída a diversos fatores, entre os quais se destacam: o aumento do acesso ao saneamento básico, a queda da taxa de fecundidade, a melhoria geral das condições de vida, da segurança alimentar e nutricional e do grau de instrução das mulheres, maior acesso aos serviços de saúde e ampliação da cobertura da Estratégia de Saúde da Família

¹ Discente, Departamento de Enfermagem, Universidade Estadual de Maringá.

² Mestranda do Departamento de Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá.

³ Técnico de Saúde, Responsável pelo Comitê Regional de Mortalidade Materna e Infantil.

⁴ Enfermeira, Doutora de em Saúde Pública, Departamento de Enfermagem, Universidade Estadual de Maringá.

(ESF), o avanço das tecnologias médicas, em especial a imunização e a terapia de reidratação oral, o aumento da prevalência do aleitamento materno, entre outros ⁽²⁾. Entretanto, no Brasil muitos óbitos infantis ainda poderiam ser evitados. A ocorrência dessas mortes evitáveis no primeiro ano de vida tem sido considerada um “Evento Sentinela”, ou seja, eventos desnecessários ou consentidos que interferem diretamente na avaliação da qualidade da assistência. Desta forma, o Comitê Regional de Prevenção da Mortalidade Infantil com atividades voltadas para a análise dos óbitos possibilita o aprofundamento de suas causas, bem como dos fatores determinantes, e identificação de possíveis falhas da assistência prestada. A partir daí estabelecendo medidas concretas de intervenção para a melhoria da linha de cuidado, abrangendo assim todos os níveis da atenção.

Materiais e Métodos

O projeto **“Informações em Saúde em Maringá: Contribuições Para Integração e Aprimoramento”** existente desde junho de 2004, viabiliza a integração da Universidade Estadual de Maringá e a 15ª Regional de Saúde do Paraná (15ª RS); promovendo o envolvimento de acadêmicos da referida Universidade com os profissionais da 15ª Regional de Saúde do Estado, mais especificamente os que atuam no Comitê Regional de Prevenção da Mortalidade Infantil (CRPMI).

O CRPMI tem como objetivos primordiais estabelecer uma rede de vigilância dos óbitos infantis ocorridos no município, avaliar e corrigir, quando necessário a causa básica desses óbitos, identificando os fatores determinantes e propor intervenções por meio de medidas educativas e informativas, visando a prevenção, promoção e reorganização da assistência a saúde. ⁽³⁾

Essa parceria viabiliza aos acadêmicos uma aproximação à realidade da assistência materno-infantil. Neste trabalho os alunos participam de reuniões com a equipe do setor de vigilância e epidemiologia da 15ª RS para organização do trabalho no setor:

- Coletam dados e organizam prontuários dos óbitos infantis de residentes da 15ª RS;
- Confeccionam de relatórios, gráficos e tabelas para apresentação em eventos científicos;
- Inserem dados no Sistema de Informação de Mortalidade Infantil (SIMI);
- Organizam a história de vida da criança desde o período gestacional até o óbito, as intercorrências, bem como os desfechos e a assistência à saúde recebida pelo binômio mãe-filho;
- Participam das reuniões de análise dos casos;
- Participam de reuniões com a equipe de trabalho da UEM - docente, alunas de iniciação científica e de pós-graduação em Enfermagem;

O desenvolvimento de todas essas atividades possibilita ao acadêmico uma aproximação de situações que demandam assistência médica e de enfermagem, como o conhecimento de procedimentos realizados durante a assistência, evolução, tratamento e cuidados nas intercorrências clínicas; além das variáveis que interferem na saúde de uma comunidade, como: escolaridade, idade, situação socioeconômica, somadas a, tipo de parto, peso ao nascer e o número de consultas de pré-natal no caso de gestação. Assim o aluno se aproxima da avaliação da assistência de uma forma integral nos diversos níveis da atenção à saúde. Durante essas atividades desenvolvidas juntamente ao CRPMI pode-se perceber ainda algumas dificuldades no processo de trabalho do Comitê. A primeira dificuldade é a demora em juntar

todos os documentos necessários para a análise e investigação do óbito infantil, já que esses documentos são provenientes de diferentes instituições desde a Unidade Básica de Saúde (UBS) onde a mãe fez o pré-natal, até o prontuário hospitalar da mãe e do bebê. Muitas vezes a análise é feita sem todos os documentos necessários. Outra dificuldade freqüente e já conhecida é a letra ilegível nos documentos e formulários assistenciais, informações pouco claras ou incompletas nos prontuários, falta de registros importantes para a avaliação do óbito infantil, ou ainda, incoerência na ordem cronológica dos fatos. Por isso durante a análise são acionadas as instituições envolvidas para que estas enviem mais informações e documentos da mãe e da criança. Porém nem sempre essa contra-referência ocorre de forma eficiente, principalmente quando o atendimento á gestante e ao recém-nascido foi realizada em rede conveniada ou rede privada de saúde.

Todas as atividades desenvolvidas na 15ª RS junto ao comitê são intercaladas com reuniões com a equipe de trabalho da UEM, composta por docente, alunos inseridos em projetos de iniciação científica, extensão e alunos de pós graduação em enfermagem, onde são expostos dados relevantes de fatores que influenciam na mortalidade infantil, o que viabiliza ao acadêmico o conhecimento dos níveis de mortalidade infantil de uma comunidade, auxiliando na avaliação de programas e na vigilância epidemiológica dos agravos a saúde; identificando grupos populacionais mais expostos ao risco de adoecer e morrer.

Conclusões

Tendo em vista que a mortalidade infantil é um importante indicador de qualidade de vida de uma população, e o conhecimento destes óbitos e suas causas permite uma avaliação sob múltiplos olhares, um projeto como este pode-se dizer que é também de sinergismo entre a Universidade, ou a instituição formadora de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde e o serviço. Neste espaço, os alunos vivenciam conhecimento teórico e prático das atividades do enfermeiro tanto na assistência à comunidade propriamente dita, mas também o papel do enfermeiro em aspectos gerenciais dos serviços de saúde. Tal envolvimento resultará em um profissional mais capacitado para atender as necessidades dos próprios serviços que hoje demandam.

Referencias

- 1- Ministério da Saúde. **Portal da Saúde** Disponível :
<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=32203&janela=1>
Acesso em 13 jul 2011.
- 2- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. **Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do comitê de prevenção do óbito infantil e fetal**. Brasília, 2009.
- 3- MATHIAS, Thais Aidar de Freitas; UCHIMURA, Taqueco Teruya; ASSUNCAO, Amanda Nolasco de and PREDEBON, Kelen Maria. **Atividades de extensão universitária em comitê de prevenção de mortalidade infantil e estatísticas de saúde**. *Rev. bras. Enferm.* [online]. 2009, vol.62, n.2, pp.205-311. ISSN 0034-7167.

